

ATOS ADMINISTRATIVOS – EXTINÇÃO II

Anulação	Revogação
O ato é ilegal.	O ato é legal, mas se tornou inconveniente ou inoportuno.
Controle de legalidade.	Controle de mérito.
Poder Judiciário e a Administração.	Apenas a Administração.
Efeitos: ex tunc (retroage tudo).	Efeitos: ex nunc (nunca retroage).
Alcança atos discricionários e vinculados.	Apenas atos discricionários.
Limite temporal: a) 5 anos, estando de boa-fé; b) não há prazo, estando de má-fé.	Não há limite temporal

Ex.: Anulação – Um radar de velocidade de uma cidade estava desregulado e aplicou 8 mil multas, considerando que o limite da via era 60 km/h e o radar estava multando os veículos que estivessem a 50 km/h.

Ao perceber o erro no radar, o próprio Detran regulou o radar e anulou todas as multas.

A função típica do Poder Judiciário é julgar, no entanto, a prática de ato administrativo é uma função atípica do Poder Judiciário.

Ex.: Nomeação de um servidor do Poder Judiciário.

O Poder Judiciário, exercendo sua função administrativa, pode revogar seus próprios atos.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

1. (QUADRIX/2022/SEDF/PROFESSOR)

A respeito de poderes e atos administrativos, administração direta e indireta e agentes públicos, julgue o item.

Os efeitos da revogação dos atos administrativos são ex nunc, ou seja, não retroagem, enquanto os efeitos da anulação dos atos administrativos são ex tunc, o que quer dizer que eles retroagem.

COMENTÁRIO

Os efeitos da revogação dos atos administrativos são ex nunc, ou seja, não retroagem, enquanto os efeitos da anulação dos atos administrativos são ex tunc, ou seja, retroagem.



5m

ANOTAÇÕES

12. (CESPE/2018/PC/SE/DELEGADO DE POLÍCIA)

A respeito da extinção de atos administrativos, julgue o próximo item.

Tanto a anulação como a revogação retiram do mundo jurídico atos com defeitos e produzem efeitos prospectivos.

 COMENTÁRIO

Na revogação, o ato é perfeito e válido, enquanto na anulação, o ato possui defeitos.

Vale ressaltar que “*ex nunc*” possui efeitos prospectivos, enquanto o “*ex tunc*” possui efeitos retroativos.

3. (FCC/2022/TRT 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO) Após ultrapassados dois meses da prática de um ato administrativo, a Administração pública retirou-o do mundo jurídico, por constatar grave vício relativo ao motivo do ato. No caso narrado, o desfazimento do ato deu-se através do instituto da

- a. discricionariedade.
- b. revogação.
- c. convalidação.
- d. vinculação.
- e. anulação.

 COMENTÁRIO

Na situação descrita acima, o desfazimento do ato ocorreu através do instituto da anulação.

4. (CESPE 2018/DPF/ESCRIVÃO DE POLÍCIA)

Um servidor público federal determinou a nomeação de seu irmão para ocupar cargo de confiança no órgão público onde trabalha. Questionado por outros servidores, o departamento jurídico do órgão emitiu parecer indicando que o ato de nomeação é ilegal. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Sob o fundamento da ilegalidade, a administração pública deverá revogar o ato de nomeação, com a garantia de que sejam observados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

ANOTAÇÕES

COMENTÁRIO

A nomeação de familiar para a ocupação de cargo de confiança em órgãos públicos configura nepotismo.

Sob o fundamento da ilegalidade, a administração pública deverá anular o ato de nomeação, com a garantia de que sejam observados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Obs.: Se o ato for ilegal = Anulação

Se o ato for legal = poderá ser revogado.

5. (CESPE/2018/DPF/DELEGADO DE POLÍCIA)

O exercício do controle judicial sobre os atos da administração pública abrange os exames de legalidade e de mérito desses atos, cabendo ao juiz anulá-los ou revogá-los.

COMENTÁRIO

O conselho de mérito gera revogação e o Poder Judiciário não revoga ato de outro poder. O exercício do controle judicial sobre os atos da administração pública abrange o exame de legalidade, cabendo ao juiz anulá-los.

6. (CESPE/2018/DPF/AGENTE DE POLÍCIA)

O poder de autotutela tem fundamento, preponderantemente, nos princípios da legalidade e da preponderância do interesse público e pode ser exercido de ofício quando a autoridade competente verificar ilegalidade em ato da própria administração.

COMENTÁRIO

Autotutela = autocontrole.

A administração se controla anulando seus atos quando ilegais ou revogando quando o ato for inconveniente ou inoportuno.

Obs.: O juiz não substitui o administrador público na avaliação da oportunidade ou conveniência.



10m

ANOTAÇÕES

Viu algum erro neste material? Contate-nos em: degravacoes@grancursosonline.com.br

7. (CESPE/2018/DPF/AGENTE DE POLÍCIA)

Um servidor público federal determinou a nomeação de seu irmão para ocupar cargo de confiança no órgão público onde trabalha. Questionado por outros servidores, o departamento jurídico do órgão emitiu parecer indicando que o ato de nomeação é ilegal. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Sob o fundamento da ilegalidade, a administração pública deverá revogar o ato de nomeação, com a garantia de que sejam observados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

 COMENTÁRIO

A nomeação de familiar para a ocupação de cargo de confiança em órgãos públicos configura nepotismo.

Sob o fundamento da ilegalidade, a administração pública deverá anular o ato de nomeação, com a garantia de que sejam observados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

Obs.: Se o ato for ilegal = Anulação

Se o ato for legal = poderá ser revogado.

8. (CESPE/2018/STJ/ANALISTA JUDICIÁRIO)

No caso de vício de competência, cabe a revogação do ato administrativo, desde que sejam respeitados eventuais direitos adquiridos de terceiros e não tenha transcorrido o prazo de cinco anos da prática do ato.

 COMENTÁRIO

Se o ato possuir vício em algum elemento, será considerado ilegal, logo, caberá a anulação do ato administrativo.

ANOTAÇÕES

9. (CESPE/2018/DPF/ESCRIVÃO DE POLÍCIA)

Um servidor público federal determinou a nomeação de seu irmão para ocupar cargo de confiança no órgão público onde trabalha. Questionado por outros servidores, o departamento jurídico do órgão emitiu parecer indicando que o ato de nomeação é ilegal. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

O princípio da autotutela permite que o Poder Judiciário intervenha para apreciar atos administrativos que estejam supostamente eivados de ilegalidades.

COMENTÁRIO

Autotutela = autocontrole.

O princípio da autotutela não permite que o Poder Judiciário intervenha para apreciar atos administrativos que estejam supostamente eivados de ilegalidades.

10. (CESPE/2018/PGM/CAMPO GRANDE/PROCURADOR)

Acerca de atos administrativos, julgue o item que se segue.

A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.

COMENTÁRIO

A administração pública irá anular atos administrativos que possuam vício que os tornem ilegais.



2.1 – REPRISTINAÇÃO

É a possibilidade de ato revogado voltar a produzir efeitos.

Ex.: A portaria “A” foi editada regulamentando um determinado tema. Posteriormente foi editado o ato “B” que revogou o ato “A”.

Após um determinado período, foi editado o ato “C” revogando o ato “B”. Nesse caso, o ato “A” voltará a produzir seus atos jurídicos.

Obs.: Vale ressaltar que a repristinação não é automática.

- A repristinação não é automática, deve constar expressamente no ato revogador.

ANOTAÇÕES

11. (CESPE/ABIN/OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA)

A revogação de um ato revogado não restaura, automaticamente, a validade do primeiro ato revogado.

 COMENTÁRIO

A revogação de um ato revogador não restaura, automaticamente, a validade do primeiro ato revogado, tendo em vista que repristinação não é automática.



20m

12. (CESPE/2021/TCE/RJ/ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO)

Situação hipotética: Determinado órgão publicou a Portaria A, para tratar de certo tema. Em seguida, publicou a Portaria B, sobre o mesmo assunto da Portaria A, revogando está expressamente. Posteriormente, editou a Portaria C, que revogou expressamente a Portaria B, sem tratar de qualquer tema. Assertiva:

Nessa situação hipotética, a revogação da Portaria B pela Portaria C caracteriza a revogação da revogação, mas não reativa a vigência da Portaria A.

 COMENTÁRIO

Na situação descrita acima, a revogação da Portaria B pela Portaria C caracteriza a revogação da revogação, mas não reativa a vigência da Portaria A, tendo em vista que a portaria “C” revogou a portaria “B” sem tratar de qualquer tema.

13. (FCC/2022/TRT 14ª REGIÃO/ANALISTA JUDICIÁRIO-ÁREA JUDICIÁRIA)

Considere a seguinte situação hipotética: Carlos é servidor público federal do Tribunal Regional do Trabalho. Joaquim, superior hierárquico de Carlos, concedeu-lhe, em 10 de agosto de 2022, afastamento para servir a outro órgão, pelo período de dois meses. Findo o período narrado, Joaquim manifestou sua intenção de revogar o ato administrativo de afastamento por razões de conveniência e oportunidade. A revogação

- a. não será possível, porque a revogação não se justifica por razões de conveniência e oportunidade; destina-se a invalidar direitos adquiridos.
- b. será possível, desde que o ato de afastamento apresente algum vício de legalidade.
- c. não será possível, uma vez que a revogação produz efeitos ex tunc.

ANOTAÇÕES

- d. será possível, desde que o ato de afastamento seja válido, podendo ser efetivada não só por Joaquim, como pelo Poder Judiciário.
- e. não será possível, pois o ato já exauriu os seus efeitos.

COMENTÁRIO

Se o ato já tiver produzido os seus efeitos jurídicos, não poderá ser revogado.

A revogação se justifica por razões de conveniência e oportunidade, cabendo ressaltar que produz efeito *ex nunc*.

A revogação não será possível, pois o ato já exauriu os efeitos.



GABARITO

- 1. C
- 2. E
- 3. e
- 4. E
- 5. E
- 6. C
- 7. E
- 8. E
- 9. E
- 10. E
- 11. C
- 12. C
- 13. e

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Rodrigo Cardoso.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.

ANOTAÇÕES
